

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

CHEQUE E NOTA PROMISSÓRIA

Recurso re -
Tribunal STJ

RECLAMAÇÃO CÍVEL — CONSUMIDOR - NOTIFICAÇÃO JUDICIAL - PRAZO PARA RETIRADA DE NOME NO CADASTRO DE INADIMPLENTES
EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE
- ESTADO DO, brasileiro, solteiro, auxiliar de produção, portador da cédula de
identidade/RG n° e inscrito no CPF/MF sob o nº, residente e domiciliado na Rua,
- -, CEP, brasileiro, casado, vigilante, portador da carteira de
Identidade/RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, residente e domiciliado na Rua, -
..... -, CEP, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade/RG nº
..... e inscrito no CPF/MF sob o nº residente e domiciliado na Rua, - -,
CEP, portador da cédula de Identidade/RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº,
residente e domiciliado na Rua, - -, CEP, brasileira, separada, auxiliar de
saúde, portadora da cédula de Identidade/RG nº e inscrita no CPF/MF sob o nº, residente e
domiciliada na Rua, - -, CEP, brasileiro, casado, comerciante,
portador da cédula de Identidade/RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, residente e
domiciliado na Rua, - -, CEP, todos por seus advogados que adiante
subscrevem, com escritório profissional na Alameda, nº - CJ - Centro -, onde
recebem intimações e notificações de praxe, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com
fulcro nos artigos 867 e seguintes do Código de Processo Civil Pátrio, interpor a presente NOTIFICAÇÃO
JUDICIAL em face de, pessoa jurídica de Direito Privado, qualificação completa desconhecida pelos
autores, com endereço comercial na Rua, nº, Centro,, CEP: e, pessoa
jurídica de direito privado, com qualificação completa desconhecida pelas autoras, com endereço comercial
na Rua, salas, nesta Capital, CEP, o que faz pelas razões de fato e de direito que
passa a expor. DOS FATOS Os requerentes ingressaram perante o poder judiciário - Juizado Especial Cível -
desta Comarca de, com reclamações visando discutir a relação comercial e o débito que motivaram
suas indicações nos cadastros de restrição ao crédito e, contra seus hipotéticos credores (doc.
Anexos). Tais ações foram ajuizadas visando discutir a relação comercial existente entre o autor e seus
hipotéticos credores, com objetivo de verificar a veracidade e validade dos débitos inscritos. As ações
impetradas perante o Juizado Especial Cível desta capital foram as seguintes: -: - Reclamação Cível
nº proposta em face de; - Reclamação Cível nº proposta em face de -: -
Reclamação Cível nº proposta em face de; - Reclamação Cível nº proposta em face
de; - Reclamação Cível nº proposta em face de; - Reclamação Cível nº
proposta em face de -: - Reclamação Cível nº proposta em face de; -
Reclamação Cível proposta em face de Banco -: - Reclamação Cível nº
proposta em face de; - Reclamação Cível nº proposta em face de - Reclamação
Cível nº proposta em face de -: - Reclamação Cível nº proposta por -
.....: - Reclamação Cível nº proposta em face de Após o ajuizamento de citadas ações,
os requerentes pleitearam administrativamente perante os órgãos de proteção ao crédito e, a
baixa provisória das indicações (documentos em anexo), até julgamento final do mérito, tudo de acordo com
o próprio regulamento do (art. 24) e decisão judicial (Ação Civil Pública n. que tramita na

..... Vara Federal do Estado de, além de decisões jurisprudenciais, até porque torna-se injusto permanecerem indicados por algo que se discute judicialmente. Os réus,